
Operários das secas:

retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará - 1877-1919)

*Tyrone Apollo Pontes Cândido**

Resumo: Este artigo pretende identificar experiências de trabalho de retirantes e trabalhadores de ofício no contexto das grandes obras de socorro público no Ceará durante as secas da passagem do século XIX. Discute principalmente as relações estabelecidas no cotidiano de trabalho entre sertanejos e trabalhadores qualificados, observando suas diferenças e as trocas de experiências na luta operária.

Palavras-chave: Retirantes; Trabalhadores de Ofício; Obras públicas.

Abstract: This article aims to reconstruct the migrants' (retirantes) and the craft workers' experiences in the context of great works of public relief in Ceará during the droughts of late nineteenth-century. Mainly it discusses the relationship established in the daily work of backlands and skilled workers, observing their differences and exchange of experiences in the workers' struggle.

Keywords: Migrants; Craft workers; Public works.

1.

A partir da seca de 1877, uma nova relação com a falta de chuvas se estabelece no seio das populações do semi-árido. Desde então, os anos de estiagem – que de tempos em tempos ameaçam a economia sertaneja e a segurança alimentar dos pobres – são aqueles em que milhares de pessoas provenientes do campo procuram as cidades em busca de socorro. Seca passa então a ser sinônimo de multidões de retirantes que, premidos pela fome, percorrem as estradas na esperança de adquirir meios para uma dura sobrevivência. As secas, no entanto, não apenas evidenciam os extremos da miséria; são também momentos em que os sertanejos, distanciados de seus modos de vida originários, vivenciam novas experiências¹.

Dentre as novas experiências, em particular significativas durante as secas em anos da passagem do século XIX ao XX – 1877-79, 1888-89, 1900, 1915 e 1919 –, encontra-se o recrutamento dos retirantes como operários de construção em grandes obras de socorro público. Na intenção de afastar as multidões de flagelados dos “vícios da ociosidade”, foi imposta àqueles considerados aptos a condição de trabalhar em serviços urbanos ou,

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC, sob a orientação do Prof. Dr. Frederico de Castro Neves. Bolsista da FUNCAP.

¹ Cf. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

preferencialmente, em grandes obras de construção, como em prolongamentos de estradas de ferro e em construções de açudes, para que com isso tivessem acesso ao socorro do governo. Ferrovias como as estradas de ferro de Sobral e de Baturité foram construídas em quase todas suas extensões pelas mãos de retirantes. Da mesma forma, grandes açudes como o do Cedro, em Quixadá, valeram-se de sertanejos em tempos de secas para sua construção.

As elites viam nas obras de socorro público um meio privilegiado de auxílio aos retirantes porque os converteriam “de mendigos em trabalhadores”. Mas o engajamento nas obras estava longe de ser espontâneo. O trabalho intenso e o disciplinamento, a direção de engenheiros autoritários – muitas vezes estrangeiros –, a falta constante de água e comida, a moradia compartilhada em abarracamentos improvisados, as doenças, tudo isso fazia os retirantes evitarem estas obras sempre que podiam. Do seu estranhamento em relação aos códigos de trabalho surgia um cotidiano marcado por conflitos.

Vaqueiros, lavradores ou trabalhadores de diferentes atividades rurais durante as secas eram ocupados naquelas atividades menos qualificadas das obras, tarefas que não exigiam muito mais do que determinados procedimentos manuais, como abertura de picadas, movimentação de terra ou carregamento de pedras. No entanto, as grandes obras, além de necessitar da confluência de uma massa numerosa desses trabalhadores, empregavam tecnologia e procedimentos que demandavam a presença de trabalhadores de ofícios que para ali se dirigiam desde pontos distantes do Brasil, ou mesmo de outros países. Assim, ao lado dos sertanejos, muitas vezes à frente das turmas de trabalhadores, estavam artífices que executavam os assim chamados “serviços especiais”: canteiros, cavouqueiros, mecânicos, marceneiros, ferreiros, carpinteiros e pedreiros.

Este artigo procura analisar a relação estabelecida entre essas categorias de trabalhadores que, nas obras de socorro público durante a passagem do século XIX, travaram um improvável contato. Por serem trabalhadores qualificados, detentores de conhecimentos com os quais podiam barganhar vantagens, os artífices diferenciavam-se dos retirantes, operários subalternos dos grandes empreendimentos, que trabalhavam às vezes em troca apenas do prato de comida que lhes assegurava uma precária sobrevivência.

Não apenas a qualificação para o trabalho distanciava aqueles operários. Também eram divergentes suas trajetórias de vida e o sentido que atribuíam à sua presença nas obras públicas. Os retirantes muitas vezes não viam nas obras mais do que um meio de se manter durante os meses em que perdurasse a seca. Já os trabalhadores de ofício estavam ali por pertencerem a uma classe de trabalhadores exclusiva, não encontrável facilmente no Ceará. Para entender as peculiares posições que retirantes e trabalhadores de ofício ocupavam nas obras, procurarei observar a formação de grupos de solidariedade, forjados no cotidiano de trabalho de acordo com afinidades familiares, comunitárias ou corporativas, mas que expunham as diferentes perspectivas dos grupos operários ao se posicionarem diante dos desafios que as obras apresentavam.

Por outro lado, o contato entre retirantes e trabalhadores de ofício era uma oportunidade de significativa troca de experiências. Tanto sertanejos quanto artífices

opunham-se à projeção dos engenheiros, autoridades máximas dos canteiros de obras. Há que se questionar acerca das influências recíprocas entre trabalhadores de matrizes culturais diferentes lidando juntos com as imposições do mundo do trabalho.

As obras públicas acionadas durante as secas da passagem do século XIX figuraram, assim, como uma zona de contato entre trabalhadores de diferentes procedências, ao mesmo tempo em que traziam para o território cearense aqueles processos de trabalho diversos aos tradicionalmente ali praticados, com métodos racionais de produção, normas de trabalho definidas e uma forte hierarquia opondo trabalhadores e engenheiros. Colocar em foco as experiências de luta desses operários, além de ser um esforço por fazer justiça à memória de um proletariado oculto (continuam a ser, como disse Peter Eisenberg, uma classe de “homens esquecidos”), é lançar luz sobre um processo histórico que guarda semelhanças com diversos empreendimentos que, sob a expansão imperialista daquela época, mexeram com a vida de milhares de camponeses de nações periféricas no mundo todo: das Índias às Filipinas, da China ao Magreb².

2.

Organizar o recrutamento de milhares de retirantes para construírem ferrovias, portos ou açudes foi a principal proposta apresentada em periódicos, publicações e na correspondência oficial para se lidar com as secas da passagem do século XIX. Nesse aspecto, seguiam o receituário liberal da “Era dos Impérios” para o desenvolvimento das nações³. Afinal de contas, aproveitar a presença de milhares de pessoas como mão de obra para os “melhoramentos materiais” era uma medida bastante sugestiva quando se teria inevitavelmente de despender grandes recursos com os pobres. Mas o emprego dos retirantes em obras públicas também servia como “solução” para problemas mais imediatos da sociedade cearense, em especial de suas elites.

A fome afastava os sertanejos de suas atividades tradicionais e, na busca por socorros, cada vez mais os distanciava. A “fuga de braços” tornou-se uma preocupação para os proprietários rurais que, vendo milhares de retirantes embarcarem para regiões tão distantes como a Amazônia ou São Paulo, temeram pela falta de trabalhadores quando as chuvas voltassem a cair. Nos cálculos oficiais, até fevereiro de 1878 já somavam 18 mil os que partiam do Ceará, apenas através do porto de Fortaleza. Até 1909, somou-se em 2.500.000 “a perda da população dos Estados do Norte”⁴.

Além de ameaçar desestruturar a oferta de braços, a retirada dos pobres punha em

² Cf. DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

³ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios 1875-1914*. 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

⁴ TEÓFILO, Rodolfo. *História da seca do Ceará – 1877-1880*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 148 e CEARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em 22 de fevereiro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1878. Cf. MORAIS, Viviane Lima de. *Razões e destino da emigração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2003 (mimeo). Ofício de 23/9/1909, Ministério da Viação e Obras Públicas, Arquivo Nacional.

risco mesmo a segurança dos proprietários e suas terras. Por onde passavam, os retirantes invadiam as fazendas. De Quixeramobim, em 1877, chegavam notícias de que “grupos armados desses infelizes percorrem em atitude resoluta as povoações e as fazendas, ameaçando aniquilar todos os obstáculos que se oponham ao seu inabalável propósito de não se deixarem morrer à fome”⁵.

Prestar assistência aos grupos famintos tornou-se não tanto um gesto de caridade, mas principalmente uma medida de controle. A valorização do trabalho como meio de socorro surgiu desta feita como resposta aos desafios que a crise apresentava. Diversas pequenas obras foram propostas por negociantes, fazendeiros e vereadores das vilas do sertão como meio de ocupação aos flagelados. No litoral, para onde afluíam aos milhares, o recrutamento dos retirantes para o trabalho tornou-se medida ainda mais urgente a fim de evitar distúrbios e protestos na ocasião da distribuição de socorros. Protestos como, entre tantos outros, os da pagadoria do abarracamento do Alto da Pimenta, em Fortaleza, desde onde um comissário em 1878 solicitava a presença de 15 praças todos os dias às quatro horas da tarde, pois “dois mil ou mais retirantes” estavam provocando “desperdícios e roubos dos gêneros” e “um povo de mulheres” lançava-se “sobre os homens que recebem salários”⁶.

A decisão de se dar efetividade às grandes obras de socorro público surgiu com a verificação de que os serviços até então providenciados não eram suficientes para controlar aquela numerosa multidão de retirantes. Empreendimentos como o prolongamento da estrada de ferro de Baturité, grandes açudes, reforma dos portos de Fortaleza e Acaraú, dentre outras iniciativas, foram consideradas “obras estratégicas”, porque, ao mesmo tempo, socorreriam muitos retirantes e resultariam em importantes benefícios para a província.

Dessa forma, o prolongamento da estrada de ferro de Baturité e a construção da de Sobral deu início à estratégia de controle social que se manteria a cada nova seca: oferecer os benefícios do governo preferencialmente àqueles retirantes capazes de trabalhar em alguma grande obra. Entre 1878 e 1880, um número superior a 60 mil retirantes atuou nas construções das vias férreas de Baturité e Sobral⁷.

Na seca de 1888-89, novamente a preocupação com a “fuga de braços” tirava o sono de proprietários que passaram a enviar abaixo-assinados com a finalidade de sugerir obras que fixassem os trabalhadores no Ceará. Os retirantes, compreendendo a política do governo de oferecer benefícios apenas àqueles que estivessem trabalhando, procuraram preferencialmente lugares onde grandes obras poderiam ser iniciadas, pois sabiam já que a administração privilegiaria seus depósitos quando enviassem gêneros para o interior. A população acorria para centros como Quixadá, onde se concentraram 24 mil retirantes e onde, desde 1885, estavam interrompidas as obras de construção do açude do Cedro. Também iam para Baturité e Sobral, onde estavam as estações finais das estradas de ferro, onde poderiam ser reiniciadas – como de fato foram – as obras de construção. Naquela seca,

⁵ Ofício de 23/4/1877, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional (doravante AN).

⁶ Ofício de 5/3/1878, Socorros Públicos, Fortaleza, Arquivo Público do Estado do Ceará (doravante APEC).

⁷ Ofício de 21/7/1879, Ministério do Império, AN.

além dos milhares engajados nas “grandes obras” – o açude de Quixadá e os prolongamentos das linhas férreas –, algo próximo a 23 mil outros retirantes foram distribuídos entre as construções de estradas de rodagem, de açudes de pequeno e médio porte e a reforma de porto em Acaraú⁸.

Em 1900, numa seca de menores proporções, na frente do açude de Quixadá, mais uma vez reuniram-se milhares de retirantes pedindo emprego. Os comissários do açude procederam logo ao alistamento de “operários, feitores e feitores gerais”: “Foi preciso em seguida mandar levantar ranchos, pois o pessoal que se acumulava chegou a atingir o número de 10.000 indivíduos, dos quais foram alistados 1.765 operários”⁹.

Mesmo em anos em que as secas eram apenas parciais, sertanejos pobres procuravam obras como o açude de Quixadá, como relata um ofício de 1903, dizendo que “já se tem apresentado nesta Comissão emigrantes vindos do Município de Iguatu e de outros, onde a seca se manifestou francamente desde o começo”. Nesta altura, já os retirantes tinham consolidado sua presença como sujeitos políticos capazes de exercer decisiva pressão por dar andamento às obras públicas¹⁰.

Assim, nas secas de 1915 e de 1919, com a chegada de retirantes aos pontos estratégicos, a presença da população pobre e faminta novamente era motivo de apreensão e de providências por novas obras, agora sob os auspícios do Ministério da Viação e Obras Públicas. Para dar início à construção da linha férrea de ligação entre Sobral e Fortaleza chegavam diariamente centenas de retirantes, como testemunhou o jornal *Correio da Semana*, de Sobral:

Em frente ao escritório da construção da estrada de ferro de Sobral à Itaipoca presenciemos uma destas cenas de clamor e de angústia que todos sabem sentir, mas muitos não sabem dizer. Uma multidão imensa de famintos, maltrapilhos e esqueléticos aguardava a hora suspirada de levar o seu nome ao caderno dos alistados¹¹.

Na outra ponta do caminho, outros milhares aguardavam providências. Para evitar que a presença de “grande número de flagelados, acossados pela seca, [...] em precárias condições”, se concentrasse em Uruburetama, o engenheiro Henrique Couto Fernandes propôs “o ataque da construção da linha de ligação [...], com a criação de duas residências, sendo uma em direção a Sobral e outra rumo a Fortaleza, como meio a dar imediato socorro à população dessa zona, evitando seu êxodo”¹².

⁸ *Libertador* de 28/10/1889 e 29/3/1889, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (doravante BPGMP).

⁹ BRASIL. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas Alfredo Eugênio de Almeida Maia no ano de 1901*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

¹⁰ Ofício de 20/5/1903, Açudes e Irrigação, Quixadá, APEC.

¹¹ *Correio da Semana* de 26/7/1919, BPGMP.

¹² Ofício de 26/8/1919, Ministério das Viações e Obras Públicas, AN.

3.

A maioria dos retirantes ocupava os estratos inferiores nas obras. Carregavam dormentes e trilhos, quebravam pedras, empurravam carros de mão, socavam terra, abriam clarões e picadas. As fontes revelam que, por vezes, trabalhavam “em estado de nudez quase absoluta”, tamanha a miséria ao ingressarem nas obras¹³. Uma grande obra poderia reunir até dezenas de milhares desses trabalhadores que, numa complexa combinação de atividades, forneciam a sua alquebrada força física para os prolongamentos das vias férreas e a construção de barragens.

Era um povo vivendo no ponto extremo da miséria. Quando se anunciava uma seca, partiam em busca das obras afim de, de alguma maneira, garantir a sobrevivência durante os meses de estiagem. Chegavam passando fome, dispostos a cumprir praticamente qualquer tarefa que lhes assegurasse uma ração diária. Por sua condição de miséria, associada ao trabalho que ofereciam (desprestigiado na visão dos administradores das obras), criavam-se sobre eles pesados estigmas.

Muitos, porém, não conseguiam uma colocação, apesar de ser uma característica das obras públicas a busca pela ocupação do maior número possível. Nessas situações, permaneciam no entorno das obras, na esperança de um trabalho ou de um benefício ocasional. Pressionavam então os engenheiros, procurando-os em seus escritórios para pedir comida. Luiz da Rocha Dias, engenheiro-chefe da via férrea de Sobral, temia que “tão grande número de povo, sem recurso de qualidade alguma e não recebendo alimentação qualquer, pode facilmente amotinar-se, apesar de sua boa índole”¹⁴.

Uma vez empregados, os retirantes passavam a morar em abarracamentos cobertos de palhas. A falta de comida, em decorrência principalmente das deficiências dos transportes, era uma constante. Doenças, como a varíola, atingiam a muitos. Em 1878, da construção da via férrea de Sobral, um ofício anunciou que “muitos trabalhadores, todos retirantes, morrem *desgraçadamente* sem assistência médica ou outro qualquer socorro”. Ainda em 1919, o farmacêutico Rodolfo Teófilo alertava para a necessidade de se vacinar contra a varíola o pessoal empregado nas obras públicas; caso contrário, dizia Teófilo, a doença “fará estragos horríveis como fez em 1878, matando mil pessoas por dia”¹⁵.

A extrema carência levava à adoção de padrões de produtividade menos exigentes do que em comum eram requeridos em empreendimentos do tipo. Em 1889, em Baturité, a necessidade de empregar o máximo de retirantes resultou em que “uma única pessoa dirigia um pessoal de 3.200 homens, organizados em 2 dias e distribuídos em serviço no mesmo prazo”. Na seca de 1915, “o rendimento do serviço foi bastante baixo” – explicava um relatório do prolongamento da via férrea de Baturité – porque estavam lidando com famílias “miseráveis”. “Entre estes muitos o foram em condições de não poderem prestar o menor

¹³ Ofício de 25/8/1878, Estrada de Ferro de Sobral (doravante EFS), APEC.

¹⁴ Ofício de 10/9/1878, EFS, APEC.

¹⁵ Ofícios de 27/11/1878, EFS, APEC, grifos são do próprio ofício, e Telegrama de 14/11/1919, Ministério da Viação e Obras Públicas, AN.

serviço, por não permitir a idade ou o estado precário de saúde”¹⁶.

Nem sempre, porém, os retirantes podiam contar com o paternalismo dos engenheiros para conseguir ocupação. Falava mais alto então a necessidade do “bom andamento dos trabalhos”. O engenheiro Jules Revy, da comissão do reservatório de Quixadá, em 1889, não julgava produtivo contratar maior número de retirantes somente para lhes dar trabalho: “Podiam ter sido empregados na construção do açude 3.000 em vez de 300 e tantos trabalhadores, mas o resultado seria muito inferior com o maior número do que com o número efetivamente empregado, com homens escolhidos”¹⁷.

Ficou evidente que os sertanejos não se apresentavam para o trabalho seguindo os padrões de disciplina requeridos pelas obras. Formados num universo rural, onde o trabalho resguarda um largo nível de autonomia, os sertanejos estranhavam as regras dos canteiros de obras, não encontrando motivação para a execução das atividades mais intensas e, dessa forma, sendo vistos pelos engenheiros como indolentes. Em 1878, Carlos Alberto Morsing, engenheiro-chefe do prolongamento da Baturité, relatava neste sentido:

[...] Os operários que aqui encontrei não estão habituados a trabalhos desta espécie, e muito tem custado conseguir-se a sua frequência e atividade; isto me tem feito lutar com sérios embaraços, que felizmente têm de alguma forma minorado¹⁸.

No sentido de constituir uma ordem de trabalho para o “bom andamento das obras”, José Privat, engenheiro da via férrea de Baturité, redigiu um plano para as obras da estrada de ferro: um verdadeiro código disciplinar feito para controlar o trabalho dos retirantes. O seu plano falava no emprego de 2.400 operários, divididos em oito grupos de 300 homens. “Cada grupo terá um administrador e um apontador-escrevente e será subdividido em 5 turmas de 60 homens cada um, dirigido por um feitor”. Da obediência e harmonia no trato para com administradores, apontadores e feitores dependeria o bom andamento dos trabalhos. Seriam eles que fariam, na lida diária, a distribuição das rações aos retirantes. Mas para garantir a ordem, o engenheiro Privat propunha ainda a criação de uma “polícia de cada abarracamento”, composta por dez homens de confiança, “tirados entre os trabalhadores”.

No que dizia respeito ao pagamento dos salários, este deveria ser semanal, feito “ou pelos engenheiros e condutores residentes, com assistência do administrador, ou por pessoa que a residência designar”. Ferramentas e utensílios deveriam ser entregues aos trabalhadores através do controle de inventários, sob a responsabilidade dos administradores e feitores, “procedendo semanal ou quinzenalmente ao inventário e inspeção delas os engenheiros e condutores residentes”¹⁹. No plano do engenheiro Privat, as regras de conduta para cada trabalhador expressam o combate à indisciplina e às desordens.

¹⁶ Ofício de 15/3/1889, Socorros Públicos, Baturité, APEC. CEARÁ. *Relatório dos trabalhos e ocorrências durante o ano de 1915 apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Marciano Aguear Moreira, Inspetor Federal das Estradas, pelo Engenheiro-Chefe Henrique Eduardo Couto Fernandes*, p. 23.

¹⁷ Ofício de 11/4/1889, Açudes e Irrigação, Quixadá, APEC.

¹⁸ Ofício de 30/9/1878, Estrada de Ferro de Baturité (doravante EFB), APEC.

¹⁹ Ofício de 12/3/1878, EFB, APEC.

Inventários, horários controlados, a presença policial, feitores, regras universalmente conhecidas e, no alto de todo o aparato, os engenheiros – todos esses elementos voltados para manter ordem e controle no trabalho, com base na hierarquia.

Não obstante, os retirantes expressavam rebeldia e resistiam às imposições do trabalho. Diante de tarefas degradantes, castigos físicos, cobranças consideradas injustas ou engenheiros e feitores autoritários, muitos retirantes simplesmente largavam as ferramentas e abandonavam as obras. Nos trabalhos de prolongamento da via férrea de Baturité, a saída de trabalhadores chegou a ponto de o engenheiro Carlos Alberto Morsing declarar haver uma “crise de falta de gente para o serviço”; e isso em plena seca! Em nota de 31 de julho de 1879, este engenheiro explicava que: “Os poucos trabalhadores que ultimamente têm sido remetidos para os trabalhos da construção dispersam-se ao chegar lá e receber roupas, voltando aos seus primitivos abarracamentos”, em Fortaleza²⁰.

Para o controle dos retirantes, engenheiros se valiam de procedimentos discricionários, como estabelecimento de horários rígidos para a entrada das turmas e multas para os faltosos ou aqueles que promoviam alguma desordem. Para os articulistas do jornal *Echo do Povo*, os engenheiros da segunda seção do prolongamento da Baturité eram particularmente severos em suas demandas por disciplina.

Cada engenheiro é um Suserano da linha, que trata o público e especialmente os trabalhadores e empregados como escravos, sendo obrigados a levantarem-se quando passam, chapéus na mão e olhos cravados no chão, em sinal de obediência absoluta.

Também denunciava aquele periódico que um sistema de multas bastante rigoroso oprimia os operários. Aquele que não estivesse alistado no primeiro dia do mês não era declarado nas folhas de pagamento mensal, “ainda trabalhando 15, 20 dias”.

Aqueles que, trabalhando 26 dias, perdem um, por moléstia ou outro motivo, perdem metade do salário de todo o mês; outros que, fatigados, sentam-se para descansar, um ou dois minutos, são multados em metade dos salários e, às vezes, em todo; outros, finalmente, por tolas alterações que têm entre si, incorrem na mesma multa²¹.

Como meio de resistir a essas e outras opressões no cotidiano das obras, os retirantes se valiam do seu grande número para se contrapor às autoridades. Quando desejavam algo, reuniam-se em grupo e faziam pressão diretamente sobre os engenheiros, numa forma de reivindicação similar àquela que o historiador Eric Hobsbawm denominou de “negociação coletiva pelo motim”. Por vezes, as manifestações de descontentamento assumiam feições violentas. O engenheiro Julius Pinkas sentia-se ameaçado quando tinha de andar entre os operários em momentos que a distribuição de gêneros era escassa. Daí por que, em telegrama enviado ao presidente da província, tenha solicitado “duas ordenanças de

²⁰ Ofício de 31/7/1879, EFB, APEC.

²¹ *Echo do Povo* de 7/8/1879, BPGMP.

cavalaria para me acompanhar na linha”²².

Para os retirantes, as turmas de trabalho tornavam-se uma unidade de articulação fundamental. Em turmas as tarefas de construção eram executadas, nelas estando reunidas dezenas de trabalhadores. Trabalhar com pessoas de sua confiança era, nessas condições, uma prática desejada. Em um episódio, ocorrido nas obras do prolongamento da Baturité, um grupo de trezentos retirantes fora enviado desde Fortaleza para trabalhar na segunda seção da via férrea. Ao chegarem ali, apresentaram-se para o trabalho apenas 100 homens, “havendo os outros retirado-se logo depois da distribuição da roupa”. Aqueles que permaneceram nas obras, ainda “impuseram ao engenheiro a condição de serem empregados com os seus feitores em um mesmo local e serviço”. “Em vista da necessidade que tinha de braços”, a reivindicação dos trabalhadores teve de ser atendida, apesar de isso contrariar os princípios de produtividade e qualidade na execução dos serviços, pois, “havendo na linha feitores experimentados, a estes devem ser entregues de preferência os trabalhadores e não a indivíduos que nenhuma prática têm do serviço”: era a opinião do engenheiro Julius Pinkas²³.

Mas não era essa a conclusão a que chegavam os trabalhadores. De seus pontos de vista, poder contar com um feitor de confiança poderia fazer a diferença no momento da execução dos trabalhos. Apesar de chegarem a estas obras grupos de retirantes provenientes de lugares bastante diferentes, é comum encontrar nas listas de pontos, numa mesma turma, pessoas com sobrenomes coincidentes, indicando pertencerem às mesmas famílias. Imaginem-se irmãos buscando alguma forma de estar na mesma turma, ou tios querendo que sobrinhos permanecessem próximos. A presença significativa de diversos “menores” nessas listas com os mesmos sobrenomes que os de outros operários – porém ganhando salários mais baixos – é evidência de familiares reunidos nas turmas.

Ao que parece, a formação de grupos de retirantes – afinados pela origem comum ou por laços de parentesco – tivera uma grande importância na articulação de práticas solidárias durante as obras. Em dois processos criminais encontrados nesta pesquisa, tratando de casos de ofensas físicas aos trabalhadores da via férrea de Baturité, a relação de parentesco expressava-se relevante aos atores envolvidos. Num primeiro caso, um trabalhador que dividia a moradia com um cunhado o esfaqueara quando divergiam quanto ao castigo a ser dado a uma criança. Apesar de o caso revelar uma atitude violenta entre parentes, é de se destacar o fato de estarem morando em uma mesma cabana e compartilharem assim uma realidade que, estando isolados, seria mais difícil de encarar. No outro processo, fica-se sabendo de uma paulada desferida contra um retirante que cumpria a função de polícia do abarracamento; ferido, este correu em busca do barraco de seu sogro, a fim de ser socorrido²⁴.

Estamos diante, certamente, de uma característica da condição dos trabalhadores

²² HOBBSAWM, Eric. *Trabalhadores: estudos de história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Ofício de 30/9/1879, EFB, APEC.

²³ Ofício de 20/7/1879, EFB, APEC.

²⁴ *Justiça Pública vs Francisco Ferreira Lima e Justiça Pública vs Raimundo Severiano*, Processos Criminais, Aca-rape, APEC.

comuns (*common laborers*), para os quais, segundo David Montgomery, “tanto para obter empregos quanto para sobreviver neles era preciso companheirismo, parentesco e união”²⁵. Sendo facilmente substituíveis quando agindo isoladamente, os retirantes logo observaram estar ganhando força quando se uniam em grupos.

O aprendizado de meios de resistência constituiu elemento de destaque nas experiências de trabalho dos retirantes que, em seus espaços de vida originários, desconheciam como era atuar em grandes canteiros de obras. Nas obras se deparavam com um espaço de trabalho massificado, onde o indivíduo se encontrava indiferenciado perante os demais operários e engenheiros. Eram “trabalhadores”, espécies de operários sem qualidades; não muito mais do que “braços”, como os engenheiros os nomeavam nos relatórios. Mas, por isso mesmo, podiam operar em diversas tarefas, ora abrindo picadas, ora cavando a terra, ora erguendo paredes de pedras, às vezes isso se sucedendo ao longo de um mesmo empreendimento. Pelas diferentes atividades por que passavam, aprendiam a lidar com fatores autoritários e a valorizar laços de companheirismo, encontrando os melhores meios de operar aquilo que James C. Scott denomina de “formas cotidianas de resistência”²⁶.

As obras públicas, dessa forma, constituíam-se em campos conflituos, nos quais muitos camponeses descobriram como resistir aos desmandos de feitores e engenheiros. Nessas ações, porém, não estiveram sós. Compartilhavam o dia a dia de labuta com trabalhadores de ofício, operários em quase tudo diferentes dos retirantes do sertão.

4.

As obras de socorro público eram construções de grande empreitada. Para sua consecução, concorriam não somente a força física de seus trabalhadores, mas também o emprego de uma tecnologia avançada aos padrões da época, exigindo procedimentos técnicos de difícil execução. Para além do trabalho convencional de preparar o terreno e assentar dormentes e trilhos nos prolongamentos das vias férreas, havia a construção de pontes metálicas, oficinas e estações, que exigiam acompanhamento especializado de mestres e engenheiros. Na construção de açudes, a retirada e o transporte de pedras para paredes e sangradouros utilizavam linhas férreas por onde trafegavam troles levando os materiais. Além disso, guindastes elevavam blocos pesados até o alto das paredes em construção. Em todas as obras, oficinas de ferragem, mecânica e marcenaria, olarias e outros

²⁵ MONTGOMERY, David. *The fall of the house of labor: the workplace, the state, and American labor activism, 1865-1925*. Cambridge/Paris: Cambridge University Press/Edition de la Maison des Sciences de l’Homme, 1989.

²⁶ As várias atividades que um trabalhador (*laborer*) podia cumprir nas obras diferenciavam-nos dos operários (*workers*) das indústrias de tipo linha de produção, mão de obra fadada a fazer esforços repetitivos ao longo de jornadas inteiras. Apesar das tarefas intensas, que requeriam força física e disposição, e comprometiam rapidamente a saúde do indivíduo, os trabalhadores comuns tinham vantagens relativas, como poderem variar as operações durante o tempo das obras. Tampouco esta característica escapou às observações de David Montgomery: “Nem eram eles encarregados de perpétuas repetições das mesmas tarefas, como os operadores das fábricas têxteis, que sempre foram vistos como o operário arquetípico do capitalismo industrial” (Idem., p.59). SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, vol. 21, n° 1, jan.-jun. 2002. Cf. do mesmo autor: *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven/London: Yale University Press, 1990.

centros de trabalho especializado funcionavam para a reparação de materiais, confecção de ferramentas e uma diversidade de ações imprevisíveis. Todos esses serviços demandavam conhecimentos específicos de trabalhadores cujas especialidades se sobrepunham em importância às suas potencialidades físicas.

Para os “serviços especiais” chegavam às obras diversos artífices atuando em tarefas em que as qualificações dos retirantes se mostravam insuficientes. Uma parte destes trabalhadores de ofício encontrava-se entre os próprios sertanejos, como aqueles constantes da relação de “artistas” escrita pelo comissário de socorros públicos do 9º distrito de Fortaleza, que alistou cinco carpinas, três alfaiates e dois pedreiros “para serem aproveitados na estrada de ferro e outras oficinas”²⁷.

A maioria, porém, vinha de fora da província. As fontes mostram a dificuldade de serem encontrados trabalhadores qualificados no Ceará, como expressou o engenheiro Carlos Alberto Morsing: “Havendo falta quase absoluta de operários cavouqueiros para o serviço de construção desta Estrada, e na impossibilidade de aqui encontrá-los, resolvi mandar a Paraíba o Sr. Lino José Pereira de Castro, para ali contratá-los até o número de 20”. Em cerca de um mês, uma matéria de jornal anunciava que o vapor *Guará* trazia para as obras da Baturité vinte “artistas, cavouqueiros, canteiros e pedreiros”. Em outra referência à chegada de artesãos, dizia-se que 36 operários haviam sido engajados no Rio de Janeiro porque não eram “simples trabalhadores”, mas “indivíduos que exercem ofícios não praticados entre nós”²⁸.

Havia ainda os que provinham de outros países, como 17 portugueses e espanhóis empregados nas obras da ferrovia de Sobral, em abril de 1879. A nacionalidade dos oficiais estava relacionada às tradições artesanais de seus países. Os portugueses eram famosos pelo conhecimento da cantaria, quase dominando totalmente o setor. Espanhóis e portugueses vinham como pedreiros. Já nas artes mecânicas, em sua maioria estavam ingleses ou norte-americanos, como o maquinista John H. Slaughter, contratado pela estrada de ferro de Sobral à Casa Baldwin Locomotive Co., da Filadélfia, para a montagem de locomotivas, em 1880²⁹.

Quase sempre os artesãos chegavam em grupo nas obras. Eram contratados coletivamente, às vezes 40, às vezes 50, de uma só vez. Possivelmente, eram turmas já formadas anteriormente na ocasião de outros trabalhos. Também é possível que um, assumindo a função de mestre, selecionasse os demais, nos quais reconhecia qualidade e capacidade para trabalhar naquele empreendimento. Na oficina mecânica da construção do açude de Quixadá, Francisco Henrique Ehrich aparece como “mestre” e Antonio Henrique Ehrich, certamente seu parente, vem em seguida como “1º maquinista”. Mais abaixo, classificado como “ferreiro”, estava Francisco Henrique Ehrich Filho. Não seria aquele Francisco Henrique Ehrich um respeitado mestre a selecionar uma turma de mecânicos e

²⁷ *Relação dos artistas dispensados do 9º distrito*. Ofício de 13/11/1878, EFB, APEC.

²⁸ Ofício de 22/10/1878, EFB, APEC e *Cearense* de 17/11/1878 e 14/11/1879, BPGMP.

²⁹ *Relação a que se refere o ofício de 19 de abril de 1879*. Ofício de 19/4/1879, EFS, APEC. Ofício de 7/4/1880, Presidência da Província ao Ministério da Agricultura, APEC. *Relação a que se refere o ofício desta data*. Ofício de 19/4/1879 e *Relação dos operários que seguem para a Estrada de ferro de Sobral, a que se refere o ofício desta data*. Ofício de 29/10/1879, MA, APEC.

ferreiros para se engajarem na construção do grande açude, incluindo ali parentes seus?³⁰

A classe dos trabalhadores de ofício compunha um grupo diversificado nas obras de socorro público. Por sua origem, diferenciava-se da maioria dos que ali estavam. Talvez formassem grupos por nacionalidade, como é comum acontecer em trabalhos do tipo. Como trabalhadores, tinham “privilégios” quando defrontados com as condições de trabalho dos retirantes. Nos regulamentos das obras, eram considerados “operários de classe diversa”. Enquanto aos retirantes estava previsto um salário diário que ia de 600 a 800 réis, do qual ainda era descontado o valor da comida, os artistas ganhavam maiores rendimentos e outras garantias: “Neste caso, poderá arbitrar-lhes o salário completo por que forem ajustados, excluía a alimentação, dar-lhes transporte, e fazer qualquer adiantamento razoável”³¹.

Ressalta-se o caráter exclusivo dos trabalhadores de ofício no contexto das grandes obras. Em muitos momentos, para os demais trabalhadores, aquela classe de artesãos aparecia como um grupo de operários privilegiados e alienados dos problemas pelos quais passavam os retirantes. Mas em outras situações, retirantes e oficiais encontravam-se juntos na execução de determinadas tarefas.

Uma parcela dos retirantes aprendia a executar os “serviços especiais” junto aos artesãos, tornando-se, eles próprios, novos artífices. Engenheiros e outros homens de projeção na sociedade valorizavam as obras como grandes “escolas de trabalho” para o povo sertanejo. No jornal *Cearense*, considerava-se que na Baturité “formou-se uma escola para a aprendizagem daqueles *ofícios especiais*, que terão talvez de ser exercidos em nossa província nas zonas atravessadas pelas estradas de ferro”. No mesmo jornal informava-se ainda que nas olarias e nas oficinas de ferreiros, canteiros e carpinteiros, “já trabalham como mestres muitos dos indigentes que receberam na estrada as primeiras lições do ofício”. Foi dito ainda que as residências do prolongamento da Baturité figuravam como uma “grande colônia operária”, com “oficinas, laboratórios, ateliês, hospital, mercados, depósitos, estalagens, enfim uma miniatura de tudo quanto constitui indispensável à vida”. Ali os retirantes podiam adquirir novas habilidades...

Hoje essa gente que nenhuma noção possuía do serviço técnico, que ao começar a construção não podia desempenhar outro trabalho que não o de movimento de terra ou outros puramente materiais, está habilitada a servir em qualquer empresa e, entre nove mil trabalhadores, conta-se não menos de dois mil pedreiros, canteiros, cavouqueiros, carpinas hábeis e adestrados, capazes de honrar a si e a seus mestres³².

Era nas turmas que se dava a transmissão dos conhecimentos. Porém uma divisão hierárquica opunha os diversos tipos de trabalhadores. Na turma de cavouqueiros da construção do açude do Cedro, um mestre liderava o trabalho de corte da pedra – seu salário alcançava 3.000 réis. Em seguida, dois cavouqueiros experimentados – recebendo

³⁰ Hildebrando Pompeu de Souza Brasil. *Livro de ponto geral do serviço do Açude de Quixadá*. Faladeira: 2 de junho de 1891. Museu das Secas, DNOCS.

³¹ Decreto n° 339, de 3/6/1878, art. 21, p. 241.

³² *Cearense* de 14/11/1879, 30/1/1880 e 30/11/1879, BPGMP.

1.800 réis – transmitiam ordens e coordenavam os trabalhos dos subgrupos. Outros cavouqueiros subalternos – 20 operários recebendo entre 1.500 e 1.000 réis – seguiam ordens e orientavam os trabalhadores em serviços como o de carregamento. Possivelmente, aqueles situados nos estratos mais baixos, demonstrando interesse e capacidade, iam alcançando posições na turma ao longo do tempo que duravam as obras. Uma parcela dos trabalhadores aprendia a lidar com explosivos, ferramentas e a forma correta de operar os cortes. Eram esses, porém, uma minoria. Ao que parece, prevalecia o estranhamento entre os diversos tipos de operários, sendo a mesma hierarquia motivo de conflito entre cavouqueiros e trabalhadores. Os mestres cumpriam papel de feitores, para os quais os retirantes figuravam como operários subordinados³³.

Mas os trabalhadores de ofícios tinham lá seus próprios motivos para contestações. Encontravam nos engenheiros uma ameaça à sua qualificação. O artífice, cioso na proteção de seu “trabalho-saber” – como denomina João Freire³⁴ –, uma vez nas obras, era obrigado a compartilhar com os engenheiros a direção das tarefas. Não tanto os mestres de obras, mas agora, sobretudo os engenheiros encarregavam-se da escolha dos materiais, da indicação de procedimentos, do comando dos serventes. A maior ameaça aos artífices consistia na sua redução à condição de meros executores de serviços.

Ao atuar numa grande obra os trabalhadores de ofício vivenciavam um processo de perda de autonomia no trabalho que correspondia aos impactos do capitalismo sobre sua classe. O uso de máquinas e outros recursos técnicos, combinado à imposição de um ritmo de produção ditado pelos engenheiros, arrancava dos artífices aquilo que caracterizava a exclusividade de seus ofícios. Aquele artesão orgulhoso de sua obra, que fazia questão de trabalhar segundo o ritmo estabelecido por ele próprio, era estrangido pelas exigências de uma produtividade imposta desde fora, condicionada pelas ordens dos engenheiros. O próprio caráter de “obra estratégica” impunha que a finalização dos trabalhos estaria condicionada ao tempo das chuvas, quando os sertanejos voltariam para seus roçados, não havendo mais a mão de obra abundante necessária a um “grande projeto”³⁵.

Assim, ainda que artesãos e retirantes se distinguissem como operários das grandes obras, diante das imposições discricionárias dos engenheiros e das opressões que uma organização de trabalho daquele tipo inevitavelmente impunha, suas diferenças tendiam a

³³ Hildebrando Pompeu de Souza Brasil. *Livro de ponto geral do serviço do Açude de Quixadá*. Açude de Quixadá, 1891.

³⁴ FREIRE, João. *Anarquistas e operários – ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamentos, 1992, p. 86-91.

³⁵ Cf. THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, vol. 2, e LAURIE, Bruce. *Artisans into workers: labor in nineteenth-century America*. New York: The Noonday Press, 1989. A noção de “grande projeto”, aqui utilizada para caracterizar as obras de socorro público, foi tomada do antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, em seu livro *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. “Um grande projeto implica uma articulação de várias obras parciais cujo resultado é o produto final, operando como um todo. Como se dá em áreas relativamente isoladas, seus primeiros trabalhos são geralmente dedicados a criar as condições de chegada dos milhares de trabalhadores que se dirigem para o local. Sendo muito grande o volume da obra que será realizada, surge quase repentinamente uma grande oferta de empregos e, é claro, de salários. Acorrem, assim, milhares de trabalhadores para se engajar em um trabalho temporário. O marco dessa temporalidade é a data da inauguração da obra” (p. 22).

ter menos importância quando compartilhavam determinados interesses comuns. Mesmo que as diferenças de nacionalidade despertassem estranhamento entre as partes, mesmo que a qualificação do trabalho e os “privilégios” separassem retirantes e trabalhadores de ofício, na lida diária, ante as opressões das grandes obras, compartilhavam da rejeição à projeção da autoridade dos engenheiros.

Artistas e retirantes em alguns momentos construíam laços de solidariedade importantes para impor limites à exploração de engenheiros. Numa carta de 1889, enviada à imprensa e assinada pelos “empregados e trabalhadores de Quixadá”, reclamavam da irregularidade no pagamento dos salários:

Os empregados [ou seja, artífices, além de pessoal de escritório] e os pobres trabalhadores da comissão de açudes reclamam ao sr.dr.Revy e ao exmo.sr. ministro da agricultura sobre o procedimento do pagador da comissão que, demorando os pagamentos para auferir porcentagem, não faz os pagamentos nos dias marcados, acontecendo que temos recebido os nossos ordenados de dois em dois meses!!³⁶

5.

Vistas pelas lentes das elites, as obras de socorro público figuravam como providenciais “escolas de trabalho” para o proletariado local, sempre avessa se engajar em novas formas de trabalho que a modernização da província suscitava. Desde meados do século XIX multiplicaram-se os discursos lamentando a “falta de braços” para a lavoura. Com a intensificação do tráfico de escravos para o sul, o problema da mão de obra tornou-se motivo de preocupação, expresso em algumas tentativas infrutíferas de colonização de trabalhadores portugueses, trazidos ao longo da década de 1860³⁷.

A crise de mão de obra se expressava pela indisposição dos sertanejos em prestarem determinados serviços, principalmente aqueles que mais se diferenciavam das tarefas tradicionais na lavoura e na criação de animais. Quando, a partir da década de 1850, diversos “melhoramentos materiais” – como construções de estradas, calçamentos urbanos, portos, pontes, dentre outros serviços – multiplicaram-se pelo território cearense, a indisposição do elemento sertanejo em ali trabalhar tornou-se uma das maiores dificuldades para dar andamento às obras. Adolfo Herbster, engenheiro provincial, falava em 1857 da necessidade de serem criadas “companhias de trabalhadores” para que as obras da província pudessem dispor de operários, pois, como dizia, “tenho encontrado nos trabalhadores muita repugnância em sujeitar-se a uma disciplina qualquer”. A companhia de trabalhadores ofereceria aos sertanejos certos “privilégios”, como a isenção do recrutamento e dos serviços da guarda nacional, para tentar convencê-los a se engajar. Não sendo, no entanto,

³⁶ *Libertador* de 24/10/1889, BPGMP.

³⁷ Ver BRASIL. *Relatório apresentado à assembléia geral legislativa pelo ministro secretário de estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas Theodoro Machado Freire Pereira da Silva*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1871, p. 37. Sobre o tráfico interprovincial de escravos, cf. FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá”: o Ceará no tráfico interprovincial – 1850-1881. Fortaleza: Dissertação de mestrado – UFC, 2005.

espontânea a procura pelo trabalho, Herbster solicitou às forças policiais o recrutamento de pessoal³⁸. Não era raro encontrar presos atuando nesses serviços.

Diante de sua recusa ao trabalho, olhares ilustrados enxergaram no sertanejo cearense um sujeito indolente, preguiçoso por característica inata. Rodolfo Teófilo opinara não haver “gente mais imprevidente que a nossa”³⁹. Eram explicações generalizantes acerca do “caráter do povo”, mas que não percebiam a natureza seletiva da indisposição do sertanejo em relação ao trabalho.

Na verdade, não se recusavam sertanejos quando eram procurados para a maioria dos serviços agrários. Nas tarefas rurais, os trabalhadores obtinham vantagens com um largo controle sobre os procedimentos e o ritmo de trabalho. A despeito de toda dependência que os sujeitava ao proprietário das terras, os sertanejos preservavam certa autonomia em relação às obrigações de trabalhar nas terras arrendadas. Era uma conquista adquirida nas relações paternalistas que os ligavam aos proprietários das terras sob uma estreita dependência, mas que lhes garantia, em contrapartida, importante proteção em momentos difíceis. Nessas condições, a resistência em assumir novas relações de trabalho, no lugar de ser alguma característica inata de indolência, era antes parte de uma espécie de “forma brechtiana de luta de classes” empreendida pelos sertanejos⁴⁰.

A ocorrência de secas durante a passagem do século XIX apresentou a proprietários rurais e à classe política o desafio de tentar conter a emigração em larga escala da população cearense. As obras foram acionadas, neste sentido, como um meio de fixar os retirantes na província. Pela primeira vez as massas sertanejas apresentar-se-iam em grande número, dispostas a assumir o trabalho em troca do socorro do governo. Muitos vislumbraram nas secas – como o engenheiro André Rebouças – um momento propício para disciplinar os trabalhadores rurais à modalidade do assalariamento, visto como a mais moderna relação de trabalho. Discursava Rebouças, numa das sessões do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro: “Se quereis sinceramente socorrer a nossos irmãos do norte, mandai dar-lhes TRABALHO e SALÁRIO”. Rebouças assumiu concepções visionárias quando imaginou que, com as obras de socorro público, a seca de 1877 poderia ser lembrada “pelas gerações vindouras como providencial revolução, alfa de todas as reformas necessárias para elevar a região [...] ao mais alto grau de prosperidade”⁴¹.

Na prática, no entanto, a organização do trabalho dos retirantes das secas se constituiu em árduo desafio às autoridades e, sobretudo, aos engenheiros, que diariamente enfrentaram a rebeldia dos trabalhadores em aceitar ordens e contentarem-se com o parco salário oferecido. Aquilo que era apregoado como uma “escolas de trabalho” revelou-se como ocupação disciplinadora e violenta. Não à toa, sempre quando as chuvas voltavam a molhar a terra, uma debandada geral de trabalhadores retornava para os roçados, provocando nova “falta de braços”, dificultando e mesmo levando à interrupção os trabalhos

³⁸ Ofício de 4/8/1857, Obras Públicas, APEC.

³⁹ TEÓFILO, Rodolfo. *Scenas e typos*. Edição Fac-similar, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

⁴⁰ Uso aqui as palavras de James Scott em relação aos camponeses malásios em suas formas cotidianas de resistência. SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, op. cit., p. 12.

⁴¹ REBOUÇAS, André. *As seccas nas províncias do norte*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1877, p. 43 e p. 86.

nas obras. No relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1894, referindo-se às obras do açude de Quixadá, podemos observar o motivo das reclamações dos engenheiros:

Como nos anos anteriores, a marcha dos trabalhos não teve a regularidade e presteza desejáveis. Grandes foram os embaraços que a precocidade e a abundância das chuvas produziam no começo do ano, dificultando a continuação das obras e dando motivo à retirada de numerosos trabalhadores, atraídos para a cultura das terras, agora prometedoras com a melhoria da estação⁴².

Vê-se aqui o papel ativo que as concepções prévias dos retirantes exerciam diante do cotidiano de trabalho nas obras. Como afirmou E. P. Thompson a respeito das mudanças advindas com a Revolução Industrial, “as mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável não foram impostas sobre um material bruto”. De fato, uma substantiva cultura sertaneja sustentava a resistência dos retirantes nas obras, dificultando sobremaneira a imposição dos métodos “racionais” de trabalho pretendidos pelos engenheiros⁴³.

Era para resguardar certa autonomia que os retirantes procuravam laços de solidariedade com aqueles com quem tinham ligações comunitárias ou familiares. A formação de grupos informais no dia a dia de trabalho, dentro ou fora das turmas, constituía-se em meio de resistência eficaz em relação a uma diversidade de situações cotidianas. Mantendo-se juntos, trocavam ideias, alimentavam auto-estima, compartilhavam os poucos recursos.

Diferentemente, os trabalhadores de ofícios eram uma classe de operários em geral acostumada às tarefas demandadas em obras de construção. A formação dos oficiais, ainda que parte deles proviesse do campo há apenas pouco tempo, se dava através da obtenção de uma ética corporativa que os habilitava a se inserir com certa conveniência no mercado de trabalho. A ligação de artífices com membros das elites como forma de manutenção dos “privilégios de classe” era um recurso possível e muitas vezes utilizado. Os membros da família de ferreiros alemães – cujo principal expoente era o mestre Henrique Ehrich –, desde, pelo menos, a década de 1850 eram recorrentes vezes contratados pela Repartição das Obras Públicas cearense para fornecer gradis, trilhos ou outros materiais para as principais obras da província. Ao que parece, também contavam com certa proteção das elites as turmas de calceteiros portugueses, cujo mestre Bruno Antonio Coelho assinou diversos

⁴² BRASIL. *Relatório apresentado ao vice-presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo general da brigada Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Cestallat, ministro de estado dos negócios da indústria, viação e obras públicas de maio de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p. 334.

⁴³ THOMPSON, E. P. *A formação da classe trabalhadora inglesa...* Op. cit., p. 18. GUTMAN, Herbert G., em *Work, culture and society in industrializing America* (New York: Alfred A. Knopf, 1976), é inspirador quando, ao analisar a resistência à nova ética de trabalho pretendida pelos industriais norte-americanos, afirma sobre a classe operária: “Homens e mulheres que vendiam seu trabalho para um empregador traziam para a nova e mutável situação mais do que sua presença física. O que traziam para a fábrica dependia, em boa parte, da sua cultura de origem, e o modo como se comportavam era moldado pela interação entre a cultura e a sociedade particular na qual se inseriam” (p. 18).

contratos para o calçamento das ruas de Fortaleza nas décadas de 1850 e 1860⁴⁴.

No entanto, as turmas de trabalhadores de ofícios empregadas nas obras de socorro público, na sua maior parte, não podiam gozar de semelhante forma da proteção, pois o caráter temporário desses empreendimentos limitava a formação de alianças com as elites. A rotatividade de engenheiros pelas obras como também a rotatividade das turmas dos próprios artesãos dificultavam o compromisso através de novos contratos ou de privilégios.

Em sendo muitos os trabalhadores de ofícios estrangeiros, podemos imaginar os desafios de adaptação às condições das obras de socorro público. Diante desses desafios, as turmas de artífices podiam se voltar para a solidariedade corporativa de seus ofícios ou, mesmo talvez, para a identidade nacional como um caminho para a adaptação. Como acontecia com relação aos retirantes nas obras, os artífices lutavam para manter certa autonomia, agora ameaçada com o mando dos engenheiros.

Os desafios do deslocamento e da adaptação a um novo ambiente de trabalho em meio às agruras das secas marcavam, portanto, as experiências dos trabalhadores das obras de socorro público cearenses. Tomá-los como “imigrantes”, por um lado, ou como “operários”, por outro, seria promover uma distinção artificial⁴⁵.

Esse cenário de múltiplas experiências era celeiro de uma nova cultura operária, surgida em meio ao sertão da criação do gado, das plantações de algodão e dos roçados domésticos. As obras de socorro público atuaram no Ceará como as primeiras experiências de empreendimentos capitalistas em que métodos fabris de produção se fizeram presentes. Seu caráter modernizador foi ressaltado pelas elites locais, que as consideraram “obras estratégicas”, uma vez que ocupavam a grande massa de desempregados num mesmo esforço que promovia “melhoramentos” para a província.

Como “escolas de trabalho”, as obras de socorro público deveriam, nas concepções das autoridades, criar entre o povo sertanejo novos hábitos de trabalho, tornando-os afeitos aos códigos disciplinares das obras e ao labor intensivo controlado pelos engenheiros. Não obstante, se houve de fato a incorporação de alguma nova ética de trabalho, certamente não foi em grau suficiente a ponto de apagar da mente dos trabalhadores suas antigas concepções. Pelo contrário, se tomarmos os retirantes que trabalhavam nas obras públicas, encontraremos nas motivações de suas lutas aquilo que Thompson identificou como sendo

⁴⁴ Em 1959, Henrique Ehrich forneceu trilhos de ferro para o prédio da alfândega de Fortaleza então em reforma. No ano seguinte, estava aquele mestre confeccionando os portões do Colégio dos Educandos Artífices. Em meados de 1861, foi contratado para montar a ponte de ferro vinda da Inglaterra para o rio Água Verde, na estrada de Baturité. Ehrich confeccionou, em 1864, gradis e portões do Passeio Público e, em 1867, os gradis do muro do novo Cemitério e um portão de ferro para o prédio da Biblioteca Pública. Ofícios de 1/4/1859, 3/7/1859, 2/8/1859, 4/5/1860, 8/8/1860, 30/10/1860, 14/11/1860, 10/6/1861, Obras Públicas, APEC. CEARÁ. *Relatório com que o excelentíssimo senhor doutor Sebastião Gonçalves da Silva, primeiro vice-presidente da província, passou a administração da mesma ao excelentíssimo senhor doutor Pedro Leão Veloso no dia 16 de novembro de 1867*. Fortaleza: TypographiaBrazileira de João Evangelista, 1867, p. 9. A ligação de artífices com as elites visando à manutenção dos “privilégios de classe” foi observada por MAC CORD, Marcelo em Recife. *Cf. Andaimés, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

⁴⁵ GUTMAN, Herbert. A note on immigration history, “breakdown models”, and the rewriting of the history of immigrant working-class peoples. In. _____. *Power & Culture. Essays on the American working class*. New York, The New Press New York, 1987, p. 255.

uma “reconstrução seletiva do paternalismo”, tomando os retirantes dessas relações aquilo que lhes interessava, diante do contexto de desvalorização que enfrentavam. Assim procuravam, a cada novo período de chuvas, o retorno à terra, onde era visível o controle sobre o tempo e sobre os instrumentos e o modo de fazer o trabalho, numa forma de resistência à introdução do assalariamento e a uma nova e mais despótica hierarquia de trabalho⁴⁶.

Mas a presença de trabalhadores de ofício nas obras fazia com que outras motivações pudessem ser incorporadas aos conflitos operários. Contratados em cidades como Rio de Janeiro, Recife ou outros centros urbanos, os grupos de artesãos traziam em sua bagagem cultural o contato com o (ou mesmo a participação direta no) nascente movimento operário dos trabalhadores da construção civil que, naqueles anos, travavam acirradas lutas pela manutenção da dignidade de seus ofícios, organizando associações de resistência e promovendo greves⁴⁷.

A circulação desses trabalhadores fez das obras públicas centros de contato nos quais diversas formas de antagonismos combinavam-se a partir da troca de experiências entre os grupos operários. Essa diversidade no interior da classe trabalhadora não deve ser vista como fator prejudicial para a articulação da resistência. Antes, as diferentes experiências de exploração no trabalho, injustiça social, recrutamento forçado, expropriação de terras, encarceramento ou o que quer que tenha marcado as trajetórias daqueles trabalhadores eram confrontadas e alimentavam as lutas geradas nas novas situações⁴⁸.

Recebido em 08/04/2011

Aceito para publicação em 23/03/2012

⁴⁶ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁴⁷ Eram lutas travadas em cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Belém e Santos, mas também nos centros de Portugal, como as cidades do Porto e de Lisboa. Cf. LOBO, Maria Eulália. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1989; SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Quem construiu o calçamento da Rua da Praia (e de outras tantas ruas do Cone Sul)? In. D'ANGELO, Ana Lúcia Vellinho (org.). *Histórias de trabalho*. Porto Alegre: Universidade Estadual de Porto Alegre, 1996; SILVA, Fernando Teixeira da e GITAHY, Maria Lúcia Caira. O movimento operário da construção civil santista durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). *História Social*, Campinas – SP; n°3, 1996, p. 87-124 e FREIRE, João. *Anarquistas e operários...* Op. cit.

⁴⁸ Tomar o local de trabalho como centro de confluência de experiências diversas, introduzidas através das trajetórias de trabalhadores móveis, é uma perspectiva apenas recentemente incorporada pela historiografia dos trabalhadores. São exemplos dessa perspectiva os trabalhos de LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Vertambém, de LINEBAUGH, *The London hanged: crime and civil society in the eighteenth-century*. 2nd edition, London, New York, Verso, 2006 e, de REDIKER, *Between the devil and the deep blue sea: merchant seamen, pirates and the Anglo-American maritime world, 1700-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. Cf. LINDER, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo, o global. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n° 1, p. 11-26. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/1130/showToc>. (Acessado em 4/3/2011).